



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 7 • nº 28 • mar./abr.2007

editorial

Estamos em um momento que exige grande cuidado. Como quando assistimos a espetáculos de magia, é preciso muita atenção à habilidade do Estado brasileiro em usar as suas duas mãos.

Com a mão esquerda, o Governo Federal prossegue na institucionalização de um importante repertório de direitos, principalmente sociais, culturais e ambientais. A instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por exemplo, lançada no dia 27 de abril, é mais um passo nessa direção. Com ela o Estado avança no reconhecimento formal da multiculturalidade da nação, assim como prevê a criação de mecanismos para sua sustentabilidade, distribuídos por quatro eixos: acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais; infra-estrutura; inclusão social e educação diferenciada; e fomento à produção sustentável.

Mas com a outra mão, a direita, o mesmo Governo levanta a bandeira do Pacote de Aceleração do Crescimento (PAC). Inspirado pela necessidade de “acelerar” e de fazer isso por meio de grandes obras, o governo decidiu deixar sua marca na história e no território brasileiros, mesmo que para isso tenha que negar, na prática, os direitos que a sua outra mão concedeu. Muitas das grandes obras do PAC incidirão sobre territórios tradicionais. Mas esse não é o maior problema.

A ação da mão direita se faz sentir justamente quando a legislação que garante a proteção ambiental e os direitos territoriais tradicionais é apontada como obstáculo ao desenvolvimento. O resultado é que diversas manobras políticas tentam atropelar os laudos técnicos ou desqualificá-los, em função de uma necessidade maior: o crescimento.

De um lado, a citada institucionalização de direitos tem levado o judiciário a demonstrar maior sensibilidade com relação às demandas por regularização fundiária de populações tradicionais. De outro, a crítica às políticas sociais do governo exige a aceleração do crescimento sem que haja uma avaliação cuidadosa dos reais impactos sociais, ambientais ou culturais sobre as populações atingidas, como no caso do projeto de transposição do Rio São Francisco, repudiado por diversos movimentos sociais, que alegam que o governo tem evitado o diálogo.

Assim, estamos em um momento crítico, de movimentos muito rápidos entre as mãos esquerda e direita: institucionalizam-se direitos que, depois, não são efetivados, seja por meio da pressão política ou do estrangulamento orçamentário. Como disse Jhonny Martins, da Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq), os quilombolas precisam cada vez mais estar vigilantes com relação à real aplicação de políticas públicas nas comunidades. “Às vezes nos deparamos com declarações de que estão sendo feitas ações por parte do governo, mas quando vamos conferir os resultados, tudo não saiu do papel, sem que saibamos para onde foi o dinheiro.”



• NACIONAL

QUILOMBOS URBANOS

Segundo levantamento feito por um grupo de trabalho formado pelo Incra, Seppir e Ministério das Cidades, existem 44 quilombos urbanos: 16 em Goiás, um em Sergipe, dois na Paraíba, três em Minas Gerais, 13 no Paraná, cinco no Rio Grande do Sul, dois em Alagoas e dois no Rio de Janeiro. Dez comunidades estão em processo de regularização fundiária: Minas Gerais: Arturos (Contagem), Luízes e Mangueiras (Belo Horizonte); Rio de Janeiro: Sacopã e Pedra do Sal (Rio de Janeiro); e Rio Grande do Sul: Alpes, Família Fidélis e Família Silva (Porto Alegre), Areal (Luiz Guaranha) e Chácara das Rosas (Canoas). Os quatro quilombos urbanos do RS são formados por 171 famílias, somando aproximadamente 680 pessoas. Para a regularização fundiária dessas comunidades, o Ministério das Cidades participa com o repasse de recursos e parceria técnica. Já a Seppir, por ser um órgão articulador de políticas públicas, atua principalmente ligando as comunidades aos técnicos, a fim de reunir esforços para agilizar os processos.

Fonte: MDA

• NOS ESTADOS

AP

MEL DA PEDREIRA TITULADA

No dia 14 de abril quilombolas de Mel da Pedreira, comunidade localizada a 30 km de Macapá (AP), festejaram a titulação de suas terras. O território é formado por 25 famílias que vinham perdendo suas terras para grileiros e para a especulação imobiliária surgida com o crescimento da cidade de Macapá.

Fonte: Diário do Amapá e MDA

TO

HABITAÇÃO PARA QUILMBOLAS

O Programa Habitacional Quilombolas do governo do Tocantins foi premiado, em março, com o Selo de Mérito/2006, premiação anual da ABC- Associação Brasileira de COHAB's (Companhias de Habitação) e Órgãos Assemelhados. O Programa premiado é uma iniciativa da Caixa Econômica Federal, prefeituras e comunidades, que prevê a construção de moradias de qualidade em 15 comunidades quilombolas do Tocantins. 215 casas já estão sendo construídas nos municípios de Porto Alegre do Tocantins, Santa Tereza, Brejinho de Nazaré e Santa Fé do Tocantins. Os imóveis são construídos respeitando os costumes locais das comunidades.

Fonte: A Notícia – TO e Folha de Sambaia

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins
Site: <http://www.habitacao.to.gov.br>
Tel: (63) 3218-3364

MA

ALCÂNTARA PROIBIDA DE PLANTAR

Em abril, a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região proibiu que os quilombolas de Alcântara cultivassem produtos agrícolas em áreas do Centro de Lançamento Espacial de Alcântara (CLA), até que haja decisão definitiva de primeira instância. Os quilombolas argumentam que a interrupção do plantio compromete a sobrevivência das comunidades. De acordo com a União, as terras do CLA estão incorporadas ao patrimônio público há mais de 20 anos, com registro na Secretaria do Patrimônio da União e no cartório

de registro de imóveis de Alcântara. O governo alega também que essas terras são consideradas de segurança nacional, por atenderem ao projeto de soberania nacional na área de tecnologia espacial.

Fonte: Consulto Jurídico

PI

BALCÃO DE DIREITOS NO PIAUÍ

2007 será o segundo ano do projeto Balcão de Direitos Comunidades Quilombolas no Piauí, promovido pelo governo do estado por meio da Coordenadoria da Defensoria Pública do Estado. Em 2006, 1.600 quilombolas de 14 municípios piauienses foram atendidos. O objetivo é desenvolver junto às comunidades ações de assistência jurídica e educativas, além de prestar esclarecimentos sobre direitos humanos. Os processos de separação, emissão de certidões de nascimento, casamento e de óbito estão entre as solicitações comuns ocorridas no Balcão.

Fonte: CidadeVerde.com

PB

CISTERNAS PARA COMUNIDADES

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) investiu R\$ 80 mil na construção de 25 cisternas nas comunidades de Currálinho Jatobá e Lagoa Rasa, localizadas no Município de Catolé do Rocha, Sertão da Paraíba. Com as cisternas 40 famílias passaram a fazer uso de água armazenada em suas residências. As cisternas construídas ao lado das residências, possuem capacidade de armazenar até 15 mil litros de água de chuva, suficientes para o uso regular de uma família de até

sete pessoas, durante o período de oito meses. De acordo com a Funasa, até julho, a fundação entregará mais 170 cisternas em municípios da região agreste, Gurinhém e Alagoa Grande, e no sertão do estado, em São Bento.

Fonte: Jornal O Norte

Funasa

Site: <http://www.funasa.gov.br/>
Coordenação da Paraíba: Tel: (83) 3216-2415 / 2400. Endereço: Rua Prof. Geraldo Von Shosten, 285 - Jaguaribe - João Pessoa (PB). CEP: 58015-190

MT

QUILOMBOLAS DE MATA CAVALO DESPEJADOS

No dia 15 de março quilombolas de Mata Cavallo foram despejados pela Polícia Federal que cumpriu dois mandados de reintegração de posse em favor de fazendeiros da região. Vinte famílias foram expulsas das fazendas Livramento e São Fernandes. Mais quatro mandados de reintegração de posse ainda serão cumpridos, o que resultará em cerca de cem famílias expulsas de seu território. O Incra pretende começar a resolver a situação adquirindo as terras da Fazenda Livramento. Se os títulos de posse do suposto proprietário forem considerados legais, o Incra comprará as terras. De acordo com o Incra, esse processo deverá durar cerca de oito meses. Segundo o superintendente do Incra no Mato Grosso, Leonel Wohlfart, todos os fazendeiros da região serão notificados pelo órgão e convidados a ir até a sede para conversar sobre a situação das terras.

Fonte: Diário de Cuiabá

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

O Ministério de Meio Ambiente (MMA) desenvolveu o Programa Comunidades Tradicionais que oferece assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-regulamentação associadas à gestão ambiental. O

programa financia projetos de até cinco mil reais, como forma de atender a uma demanda pontual de um grupo social, mas principalmente capacitando-o para terem condições de obter outros recursos. Para conseguir atender a demanda, o MMA incluiu no programa agências implementadoras para acompanhar a execução dos projetos mais de perto. Existem 17 agências, sendo duas no Mato Grosso: a Associação Nossa Senhora da Assunção – ANSA e a regional Mato Grosso do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA. As comunidades beneficiadas pelo Programa têm o compromisso de gerenciar e prestar conta do recurso recebido e dos resultados alcançados. No ano passado a regional Mato Grosso do GTA acompanhou o desenvolvimento de projetos em 15 comunidades, beneficiando mais de mil famílias. “As pessoas agora estão acreditando que com essa ajuda é possível evoluir muito mais dentro da comunidade”, destaca Manuel Domingos, presidente da Associação. “O melhor é que o benefício se estendeu também a comunidades vizinhas”, ressalta.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Estação Vida

Associação Nossa Senhora da Assunção - ANSA

Site: <http://www.ansaraguaia.org.br/> / Tel: (66) 3522-1297. Endereço: Avenida Governador José Fragelli, nº 1310 – Vila Nova São Félix do Araguaia/MT. CEP 78670 - 000

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Site: www.gta.org.br/ / Tel: (061) 346-7048. Endereço: SAIS - Canteiro Central do Metrô - Lote 08 Galpão 01 CEP: 70602-900 Brasília/DF

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT / Ministério do Meio Ambiente

Site: <http://www.mma.gov.br>
E-mail: secex.cnpct@mma.gov.br
Tel: (0xx61) 4009-9256 / (0xx61) 4009-9309.
Endereço: CRS 514 W3 SUL Bloco B - Loja 69 - 2º andar CEP: 70380-525 – Brasília (DF).

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Até julho quilombolas do Mato Grosso fundarão a Coordenação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado de

Mato Grosso. A decisão foi tomada durante o I Encontro de Segurança Alimentar Quilombola/MT, realizado na cidade de Barra do Bugres (MT), em quatro de abril. Durante o evento foi criada uma comissão formada por representantes dos quilombos localizados nos municípios de Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Poconé, Acorizal e Barra do Bugres, com o apoio e a participação do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Estado de Mato Grosso. Essa comissão elegerá os membros da Coordenação. Existem cerca de 90 comunidades quilombolas no Estado.

Fonte: Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Estado de Mato Grosso (CEDN/MT)

ARCA DAS LETRAS EM CAPÃO VERDE E MATA CAVALO

O MDA em parceria com a Eletronorte inaugurou, no dia 21 de abril, Arcas das Letras, bibliotecas rurais, nas comunidades de Capão Verde, município de Poconé, e de Mata Cavallo, em Nossa Senhora do Livramento. Durante a cerimônia, agentes de leitura - voluntários responsáveis pelo incentivo à leitura nas comunidades - foram diplomados.

Fonte: Jornal O Documento

Arca das Letras

Site: <http://www.mda.gov.br/> / Tel: (61) 2191-9765 / (61) 2191-9704. Endereço: SBN, Q. 1, Ed. Palácio do Desenvolvimento, 10º andar, sala 1009. Brasília (DF). CEP: 70057-900

MS

CAPACITAÇÕES EM DOURADOS

A Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso do Sul (Conerq/MS) e a Prefeitura Municipal de Dourados lançaram, no dia 1º de março, com o apoio da Seppir, o projeto “Fortalecimento Institucional e Capacitação para Comunidade Tradicional de Dourados (MS)”. O

projeto capacitará 50 representantes das comunidades quilombolas da região, de órgãos estaduais e municipais e de lideranças da sociedade civil para participarem dos Conselhos Municipais de Enfrentamento do quadro de desigualdade social. O primeiro módulo, chamado "Relações étnico-raciais", já foi iniciado. Os próximos módulos serão "Saúde da população negra"; "Os conselhos no contexto das políticas públicas"; "Educação Quilombola" e "Economia Solidária". As capacitações serão realizadas por palestrantes de Dourados e de Campo Grande e deverão ser encerradas no mês de junho.

Fonte: Prefeitura de Dourados

INCRA NOTIFICA FAZENDEIROS

O Incra começou a notificar no dia 15 de março os fazendeiros que se dizem proprietários de terras da comunidade Chácara Buriti, a 30 quilômetros de Campo Grande. O Instituto informou que quatro imóveis da região integram a área vistoriada pela equipe que identificará e delimitará o território étnico da comunidade. Esse trabalho do Incra faz parte da Instrução Normativa nº 20, de setembro de 2005, que regulamenta os procedimentos para titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. Para isso, são necessários estudos antropológicos, de solo, meio ambiente, além do cadastro dos moradores quilombolas e não-quilombolas.

Fonte: Midiamax News

ES

LUZ NO SAPÊ DO NORTE

No dia 17 de março foi inaugurada uma rede elétrica que atenderá as comunidades de São Domingos, Angelim, São Domingos, Córrego do Maciço, Linharinho e Roda D'água, localizadas no município de Con-

ceição da Barra, região do Sapê do Norte. Cerca de 200 famílias serão beneficiadas pela ação, iniciativa do Programa Luz para Todos, uma parceria dos governos Federal e Estadual, e da concessionária de Energia Elétrica Escelsa.

Fonte: Gazeta On line

Luz Para Todos

Site: <http://www.mme.gov.br/html/luzparatodos/>
No site há uma lista de contatos dos comitês Gestores Estaduais que facilitarão o acesso ao Programa.
Tel: (61) 3319-5214 / 5798.



Comunidade de São Domingos, ES

ARACRUZ IMPEDE GERAÇÃO DE RENDA

Quilombolas do município de São Mateus participaram de uma audiência pública para reivindicar da empresa Aracruz Celulose o recolhimento de resíduos do corte de madeira. A audiência foi realizada na Delegacia Regional do Trabalho de Vitória, no dia 10 de abril. Cerca de 460 quilombolas utilizavam como fonte de renda a venda de carvão produzido a partir de pontas e galhos de eucalipto descartados pela empresa. Mas a entrada na área foi proibida pela Aracruz após a ocorrência de um incêndio. Os representantes do governo federal presentes na reunião solicitaram que a empresa atenda a reivindicação dos quilombolas e constituíram um grupo de trabalho para a criação de um programa de desenvolvimento sustentável

para as comunidades quilombolas de São Mateus que envolva como parceiros os governos municipal e estadual. Participaram da audiência 40 pessoas.

Fonte: Rede Alerta Contra o Deserto Verde, Século Diário Gazeta On Line e Seppir

MG

II ENCONTRO

A regularização fundiária foi o principal tema discutido durante o II Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, realizado de 30 de março a 1º de abril, em São João da Ponte, região Norte do estado. Das 401 comunidades localizadas em Minas Gerais apenas Porto Coris tem o título de domínio das terras. Durante o evento, que reuniu 300 lideranças, foram promovidas as seguintes oficinas: "Como encaminhar o pedido de reconhecimento de comunidade quilombola"; "O processo de titulação de terras quilombolas"; "Formação de associação local"; "Agroecologia nas comunidades"; "Meio ambiente e comunidades quilombolas"; "A organização na luta pela terra"; "Racismo"; "Gênero"; "Projetos culturais" e "Ritmos quilombolas".

Fonte: Adital

LUÍZES OCUPAM PRÉDIO

Doze famílias da comunidade dos Luízes, localizada no bairro do Grajaú, zona oeste de Belo Horizonte, ocuparam um prédio construído e abandonado em seu território. Segundo os quilombolas, a ocupação é para pressionar o governo a titular o território da comunidade. Os Luízes alegam que são vítimas da especulação imobiliária que vem crescendo na região. "Se a gente não conseguir essa titulação logo, seremos engolidos pela cidade", alertou a quilombola Maria Lúcia da Silva Marques. A comunidade ocupava originariamente 18 mil metros quadrados, mas as invasões

diminuíram o terreno para seis mil metros quadrados, onde vivem hoje cerca de 150 pessoas.

Fonte: Cedefes e Diário da Tarde

RJ

UMA VITÓRIA PARA A MARAMBAIA

No dia 20 de março, o juiz Raffaele Felice Pirro, da Vara Federal de Angra dos Reis, julgou procedente a Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal a favor da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia pelo procurador da República Daniel Sarmento em 2002. A decisão do juiz de Angra estabelece que o Incra prossiga com o processo de regularização fundiária das terras quilombolas da Ilha, e ainda estipula o prazo de um ano para a conclusão do trabalho e multa de R\$ 100 mil por mês caso isso não ocorra. A ACP agora procedente determina que a União permita "o retorno dos integrantes da comunidade que foram desalojados por força das medidas judiciais ou extrajudiciais por ela intentadas, e ainda, tolerar que os moradores em questão mantenham seu tradicional estilo de vida, não cerceando seu direito de cultivar roças nas áreas que ocupam podendo reformar ou ampliar suas casas e ainda construir no interior de suas terras casas para seus descendentes". A decisão judicial teve repercussão em duas notícias publicadas no jornal O Globo e pelo discurso do deputado federal Carlos Santana (PT/RJ), que parabenizou a decisão do juiz Raffaele Felice Pirro.

Fonte: OQ/KOINONIA

KOINONIA NO SUL FLUMINENSE

No dia 28 de abril o Programa Egbé Territórios Negros realizou a primeira reunião regional com co-

munidades quilombolas atendidas por KOINONIA na comunidade de Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis). Cerca de 40 pessoas das comunidades de Alto da Serra (Rio Claro); Campinho da Independência (Paraty); Ilha da Marambaia (Mangaratiba) e Santa Rita do Bracuí estavam presentes. O objetivo da reunião foi apresentar o trabalho do Programa e discutir a conjuntura da temática quilombola, estabelecendo um canal de comunicação mais intenso entre o programa e as comunidades atendidas. Durante a reunião foi apresentada a Associação Mariana Criola, formada por advogadas e estudantes de direito, contratada por KOINONIA como assessoria jurídica. O Programa Egbé pretende realizar mais três reuniões durante o primeiro semestre de 2007: Região dos Lagos, Região Norte e Região Metropolitana.

Saiba mais como foi a reunião lendo a seção *Fala Quilombola*.

HOMENAGEM À KOINONIA

No dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março, KOINONIA recebeu uma Moção de Louvor por seu trabalho, entregue na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A iniciativa foi do vereador Eliomar Coelho (PSOL), em parceria com o Movimento Negro Unificado, o Coletivo de Negros e Negras e o Fórum Estadual de Mulheres Negras. KOINONIA recebeu a moção pelo trabalho desenvolvido pelo Programa Egbé Territórios Negros, que assessora comunidades quilombolas do Rio de Janeiro e de outros estados na busca pela garantia de seus direitos. Adriano Lima - quilombola da Ilha da Marambaia e representante da Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) - fez parte da mesa e foi um dos oradores.

Fonte: KOINONIA

SP

CRIAÇÃO DE PEIXES PARA GERAR RENDA

No dia dois de abril a comunidade de São Pedro realizou a chamada despesca, retirada dos peixes criados em viveiros quando estão em tamanho comercial. Os quilombolas retiraram 300 kg de peixes da espécie tilápia para serem vendidos na II Santa Feira do Peixe, realizada na Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo). A comunidade de São Pedro fica no município de Eldorado, região do Vale do Ribeira. O projeto de piscicultura foi iniciado em setembro de 2006 com o apoio da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Fonte: Fundação Instituto do Estado de São Paulo

PEDRO CUBAS LIGADA À INTERNET

Quilombolas da comunidade de Pedro Cubas festejaram no dia nove de abril a inauguração de um telecentro com cinco computadores, o segundo a ser instalado na região do Vale do Ribeira. O primeiro foi inaugurado em Ivaporunduva. A criação do telecentro foi uma iniciativa das Associações Quilombo de Pedro Cubas I e II, da AIN/OD (Ajuda da Igreja da Noruega e Campanha dos estudantes Noruegueses), do Instituto Socioambiental e do Ministério das Comunicações, através do programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac).

Fonte: Site Quilombos do Ribeira



Habitação no Quilombo Pedro Cubas, 2007

Felipe Leal/ISA

CABRAL

Situada em um vale da bacia hidrográfica do Rio dos Meros, que deságua no Saco do Fundão, de Parati-Mirim, Cabral é vizinha da comunidade quilombola do Campinho da Independência, no Rio de Janeiro, com a qual mantém laços de parentesco. A via de acesso ao bairro é uma estrada de terra de 3 km que parte da BR 101 até a cabeceira do pequeno vale. A comunidade não é atendida por transporte público, nem pelo transporte escolar obrigatório, não possui iluminação pública e a energia elétrica só chegou às casas do bairro por meio do programa federal Luz Para Todos, no final de 2004.

Cabral, Alves e Lucas são os nomes dos três principais troncos familiares do grupo, assim como das três seções sócio-territoriais formadas por seus grupos de herdeiros, que ocupam o referido vale desde a primeira metade do século XIX. Os herdeiros de Cabral estão situados no trecho mais baixo e próximo da BR 101; os de Lucas, localizam-se na cabeceira e no alto do vale; enquanto os de Alves ocupam um trecho estreito entre ambos. Até a década de 1950 esse pequeno vale nem mesmo tinha nome próprio para a municipalidade de Paraty, que tratava sua população como parte da população do Rio dos Meros. Foi apenas com a implantação de uma escola primária na seção Cabral, que fica mais perto da estrada, que o grupo passou a ser reconhecido como uma unidade sócio-territorial com identidade própria, marcada pela presença quase exclusivamente negra e pela memória escrava. Mas, justamente em função da localização da escola, acabou prevalecendo o nome de apenas um grupo de herdeiros.

O acesso da comunidade aos serviços públicos mais elementares é precário. Nenhuma das famílias tem acesso ao abastecimento de água da rede pública e menos da metade submete a água a algum tipo de tratamento. Da mesma forma, apenas os poucos que moram perto da estrada têm acesso à coleta pública de lixo. E o Programa Saúde da Família (PSF) só chegou ao bairro há cerca de três anos, mesmo assim, apenas em função de gestões das lideranças de Campinho no sentido de redirecionar os recursos federais destinados à saúde

quilombola para Cabral, já que o Campinho já era assistido pelo PSF.

A situação das terras da comunidade ainda é relativamente tranqüila, sendo as posses dos grupos de herdeiros mantidas sem partilha e legitimadas por documentos deixados por seus ancestrais. Mas a necessidade de discutir uma forma de regularizar definitivamente o território como área coletiva cresceu recentemente, em função de dois fatores associados: a insistência de alguns herdeiros, que já migraram para as cidades próximas, em partilhar a sua herança, e o avanço da especulação imobiliária. Depois de praticamente já ter esgotado o litoral de Paraty, os loteamentos avançam sobre as terras altas do município.

Paraty é um município tombado como patrimônio nacional, no qual incidem várias áreas de preservação ambiental e possui, além de Cabral e Campinho, três áreas indígenas Guarani e várias comunidades tradicionais caiçaras, todas em luta contra o avanço dos ricos Condomínios de veraneio. Trata-se de um mosaico socioambiental que está no foco dos interesses do turismo empresarial de alto nível.

Daniela Yabeta
Historiadora



Comunidade de Cabral

JM Arruti

Fontes Bibliográficas:

Relatório Preliminar sobre Cabral, de José Maurício Arruti, destinado ao Incra-RJ (abril 2007).

Durante a primeira reunião de KOINONIA e as comunidades quilombolas da região sul fluminense, realizada em 28 de abril na comunidade de Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis (RJ), as comunidades discutiram sobre seus principais problemas, conquistas e orgulhos. Educação, integração e permanência dos jovens na terra, o respeito junto à sociedade obtido pelas comunidades quilombolas e a necessidade de haver mais comunicação e união entre as comunidades foram questões mencionadas por todos(as) os(as) participantes do evento. O Fala Quilombola desta edição destaca algumas dessas falas.

EDUCAÇÃO



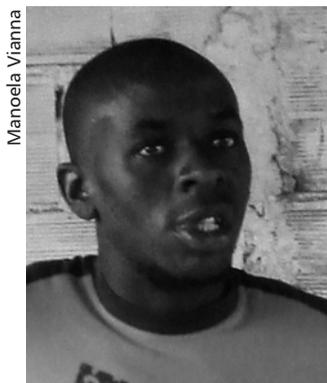
Manoela Vianna

“Para nós, não basta falar de Zumbi, da nossa cultura, em novembro, durante a Semana da Consciência Negra. O problema é que não se conta a história da própria comunidade. Todas as crianças de Campinho sabem da fundação da comunidade, houve quebra da vergonha. Mas

o modelo de educação [formal] continua reprimindo. Há crianças não-quilombolas discriminando dentro do próprio quilombo. Queremos que a história da comunidade seja falada na escola.”

(Aline Martins – Campinho da Independência, Paraty)

CONHECIMENTOS QUE GERAM RESPEITO



Manoela Vianna

“Antes, lembro que meu pai saía só com o café para o fórum e ficava lá o dia inteiro e ninguém atendia. Voltava pra casa sem ter resolvido nada. Depois, com as capacitações, cursos e palestras, começamos a conhecer os direitos. As

pessoas hoje respeitam a nossa comunidade por ser quilombola. Agora meu pai é chamado para ir ao fórum e não espera mais. Quando chega, logo é atendido.”

(Isaías Leite – Alto da Serra, Lídice)

A FORÇA DA JUVENTUDE PARA CONSEGUIR VENCER



Manoela Vianna

“Sem a escola de ensino médio, os jovens precisam sair para estudar no continente e em geral não voltam para a comunidade. Estamos perdendo eles porque não tem trabalho e escola lá na ilha. E sabemos que, mesmo com a titulação,

sem os jovens não conseguiremos manter a terra.”

(Dionato de Lima Eugênio – Ilha da Marambaia, Mangaratiba)

A LUTA PELA TERRA: UNIÃO E SOLIDARIEDADE



Manoela Vianna

“A trajetória de luta das comunidades é parecida em épocas diferentes. A luta que os quilombolas da Ilha da Marambaia vivem hoje é a que vivemos antes. Temos que fazer mais eventos como este [a reunião] e divulgar mais a luta. Nós

temos que fazer como os pássaros Quero-quero, porque sabemos que temos limites. Por isso, quando chega um corpo estranho, um começa a gritar. Depois um vem e junta outro grito e outro e outro...”

(João Luis Ramos – Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis)

CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS

Em meio à reforma de uma casa situada na Rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa, zona portuária do Rio de Janeiro, em 1996, os pedreiros encontraram inúmeros ossos misturados a terra revolvida. Foi a descoberta de um tesouro arqueológico: o cemitério dos pretos novos, isto é dos escravos recém chegados da África. Embora vários viajantes do século XIX tenham feito menção à existência desse cemitério, sua localização havia sido perdida. Com essa descoberta, foi possível comprovar o tratamento dado os escravos que nem chegavam a ser incorporados à sociedade escravista brasileira.

O cemitério foi criado em 1722 e desativado em 1830. Seu tamanho era de 110 metros quadrados e recebeu, entre 1824 e 1830, a quantidade de 6119 corpos, como consta no livro de óbitos da freguesia de Santa Rita, que era a responsável pelo local. Nesse mesmo livro, eram registrados os navios, as nações, os portos de origem, os donos, as idades e até as marcas que os escravos recebiam aos embarcarem nos navios negreiros.

A banalização do sepultamento dos “pretos novos” era devida à falta do batismo cristão, já que o rito do sepultamento realizados nas igrejas realizava a idéia da “boa morte”, e, como os negros não eram cristãos, não eram merecedores de tais ritos.

Ao analisar o livro de óbitos da freguesia de Santa Rita no período referido, percebemos que cerca de 30% dos escravos eram provenientes do porto de Angola, 30% de Benguela, 10% de Luanda, 10% de Moçambique e uns 20% de outros portos, quase todos de povos banto, que tinham uma forma diferenciada em seus ritos fúnebres.

Para os bantos o mundo é dividido em duas dimensões que se completam. Uma é a do mundo físico, este que habitamos. A outra é das coisas invisíveis, onde vivem seus ancestrais. O papel dos ancestrais é ser o



Cortejo fúnebre

Aquarela de Debret (1896)

intermediário entre o Ser Supremo (Deus) e os homens. Nessa dimensão os mortos se encontram com seus ancestrais para atravessarem a Kallunga (separação entre esta vida e o além), que para eles era o próprio mar. O culto aos ancestrais ocupa um lugar central para o povo banto. Os homens devem agradar seus ancestrais para garantir boas colheitas, evitar desgraças, ter uma boa vida e também uma boa morte.

Dos escravos enterrados no Cemitério dos Pretos Novos, foi tirado não só o direito de viver como o direito de garantir, segundo sua religiosidade, uma boa morte.

Ana Gualberto

Graduanda em História - UERJ

Fontes Bibliográficas:

Revista Nossa História ano 3 nº 33: “Os pretos novos que não chegaram a velho”, Júlio César Medeiros da Silva Pereira (a ilustração foi tirada do mesmo artigo da revista).

Para saber mais:

Acesse www.pretosnovos.com.br

siglas usadas nesta edição

FCP: Fundação Cultural Palmares

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB: Universidade de Brasília

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Editora assistente: Rosa Peralta

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq